

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, nos termos dos §§ 4.º e 8.º do artigo 32 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte:

LEI N. 6046.

Autores: Vereadores Dorival Dias, Belino Bravin Filho e José Maria dos Santos.

Proíbe a prática da atividade recreativa consistente em empinar pipas ou papagaios e assemelhados nos logradouros públicos do Município de Maringá e dá outras providências.

Art. 1.º É vedada a prática da atividade recreativa consistente em empinar pipas ou papagaios e assemelhados nos logradouros públicos do Município de Maringá.

Art. 2.º São também vedados, no Município de Maringá, o uso e a comercialização do produto conhecido como cerol, resultante da mistura de cola de madeira com vidro moído, aplicado nas linhas das pipas ou papagaios e assemelhados.

Art. 3.º A infração do disposto nos artigos 1.º e 2.º desta Lei acarretará a imposição de multa de R\$ 100,00 (cem reais) ao infrator, se pessoa física, aplicada em dobro a cada reincidência, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. Sendo menor o infrator, a multa será imposta aos pais ou responsáveis.

Art. 4.º A comercialização de cerol, quando se tratar de pessoa jurídica, sujeitará o estabelecimento responsável às seguintes sanções:

- I – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), aplicada em dobro a cada reincidência;
- II – suspensão do alvará de funcionamento;
- III – cassação do alvará de funcionamento.

Art. 5.º A Administração Municipal criará espaços adequados para a prática da atividade recreativa de que trata esta Lei, com acesso franqueado aos interessados, em diferentes regiões da Cidade.



Art. 6.º A Administração Municipal promoverá campanha publicitária com a finalidade de esclarecer a população quanto ao conteúdo desta Lei e conscientizá-la para a observância de suas disposições.

Art. 7.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8.º O Chefe Poder Executivo fica autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta Lei.

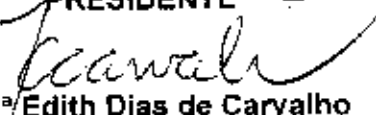
Art. 9.º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. As disposições em contrário ficam revogadas.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 21 de janeiro de 2003.


João Alves Corrêa
PRESIDENTE


Prof.ª Edith Dias de Carvalho
1.ª SECRETÁRIA